



Ministério da Educação
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Pró-Reitoria de Recursos Humanos

CONCURSO PÚBLICO

CARGO: TECNÓLOGO-FORMAÇÃO: CIÊNCIAS DA SAÚDE (Uberaba)

EDITAL Nº 50/2016

PROVA OBJETIVA

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES

01. Você recebeu uma FOLHA DE RESPOSTAS e um CADERNO DE PROVA.
02. Confira seu nome, documento de identidade e número de inscrição e assine a FOLHA DE RESPOSTAS. Qualquer divergência chame o fiscal.
03. Não amasse, não dobre nem rasure a sua FOLHA DE RESPOSTAS.
04. A FOLHA DE RESPOSTAS não será substituída.
05. A duração da prova é de 2 (duas) horas, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.
06. Este caderno contém 40 (quarenta) questões seguidas de 4 (quatro) alternativas cada uma (A, B, C, D).
07. Neste momento confira este CADERNO DE PROVA com muita atenção, observando o total de questões e verificando se há falhas de impressão. Qualquer problema chame o fiscal.
08. Aguarde a autorização do Fiscal de Sala para iniciar a prova.
09. **NÃO** será permitido o uso de calculadoras e de aparelhos eletrônicos (telefones celulares, agenda eletrônica ou similares) ou qualquer material de consulta durante a realização da prova.
10. Leia cuidadosamente todas as questões e preencha a FOLHA DE RESPOSTAS, assinalando a alternativa escolhida com caneta esferográfica azul ou preta. Cubra toda a área da letra correspondente a cada resposta, conforme modelo abaixo:



11. Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, emenda ou rasura.
12. Evite deixar questão sem resposta.
13. Ao término do preenchimento, caso tenha terminado a prova, ou após 2 (duas) horas do início da prova entregue ao fiscal de sala **SOMENTE** o CARTÃO DE RESPOSTAS. O candidato poderá levar consigo o CADERNO DE PROVA.
14. Use as respostas do seu CADERNO DE PROVA para conferir seu desempenho a partir do gabarito oficial, que será disponibilizado no endereço eletrônico: www.uftm.edu.br
15. Até que você saia do prédio, todas as orientações continuam válidas.

BOA SORTE!

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Ao assistir as agressões verbais sofridas por Eduardo Cunha por manifestantes na sede da Polícia Federal em Curitiba, lembrei-me de Ettore Perrone, militar e político que empresta seu nome a uma via em Turim. Uma rua classicamente italiana como tantas outras, com construções centenárias cinza-amareladas, varandas e floreiras, não fosse uma pequena placa ao lado da porta de entrada do prédio de número 5, com o nome de Fulvio Croce.

Corria, em 1977, com grande repercussão pública, o processo criminal contra os líderes das brigadas vermelhas, que adotaram uma estratégia para deslegitimar o sistema judicial, considerado, por eles, aliado ao regime e por isso despido da imparcialidade necessária: não constituíam advogados. Mais do que isso. Proíbiam com ameaças de morte os defensores nomeados pela justiça de os defenderem em juízo.

Para superar esse impasse, um grupo de advogados decidiu aceitar a convocação da Justiça, com a condição de simplesmente zelar pela observância do devido processo legal, sem apresentação de teses de mérito, para não criar um conflito com a postura dos representados. O principal símbolo desses defensores era o então presidente da “Ordem dos advogados” de Turim.

Croce atuava contra a sua vontade, mas realizava um sacrifício profissional de alto relevo em nome de um dos valores mais caros ao sistema jurídico: a imprescindibilidade do advogado, especialmente no âmbito de um processo criminal, que não concebe a realização da justiça, sem o direito de defesa. E possivelmente também imaginasse o risco que representava aquela decisão, que tragicamente acabou se concretizando. Em 28 de abril, o presidente da Ordine de Torino foi vítima de um atentado das “Brigatti Rossi”, tombando em frente ao número 5 da via Ettore Perrone, após ser atingido por disparos de uma pistola 7.62.

Esse episódio demonstra bem que o direito de defesa serve a propósitos muito superiores ao auxílio jurídico de um cidadão, encargo que por certo já se reveste de alta significação pública, um direito constitucionalmente assegurado como fundamental. O direito de defesa é garantia que transcende o interesse individual de quem ele circunstancialmente protege.

O direito de defesa interessa ao juiz indevidamente acusado de absolver ou condenar alguém por motivação pessoal ou política; tutela quem acusa para se defender de uma imputação de denúncia caluniosa im procedente, e para que os seus erros e excessos, que não raramente ocorrem, possam ser evitados; resguarda o jornalista, injustamente perseguido com violação ao sigilo da fonte; abriga o manifestante, que não pode ter seu legítimo direito de expressão criminalizado.

O direito de defesa é irrenunciável. Não por outro motivo, o Estado tem o dever de oferecer assistência jurídica a quem não possui condições financeiras. E, claro, interessa aos culpados, para que suas responsabilidades e punições sejam corretamente decididas pelo Poder Judiciário, pois essa é uma exigência indeclinável do Estado de Direito. É, portanto, um pressuposto de integridade do sistema judicial.

Deve-se, por isso, rechaçar qualquer forma de estigmatização da atuação legítima dos advogados criminais, pois o leigo em direito deve ter a perfeita compreensão de que a absolvição de uma pessoa culpada ou a prescrição de um crime não são produtos do direito de defesa, mas certamente da atuação precária das agências de investigação ou da negligência do sistema judicial.

O trabalho de todo advogado de defesa serve fundamentalmente para que o Estado, ao processar e punir quem comete um crime, exerça esse poder sem se desviar da legalidade, equiparando-se ao criminoso. Como diz o grande português Rui Cunha Martins, é falsa a ideia de que o Estado de direito seja salvo cada vez que o sistema penal pune um poderoso ou um convicto corrupto; por mais que custe à chamada “opinião”, o Estado de direito só é salvo se um poderoso ou um convicto corrupto são punidos no decurso de um devido processo legal; o contrário disso é populismo puro.

E não há devido processo legal sem respeito efetivo à plenitude do direito de defesa. O contrário disso é, sempre, injustiça.

(BREDA, J. Direito de defesa, como o de cunha, transcende interesse pessoal. Opinião. Folha de São Paulo, 01/11/2016)

1. A partir da leitura do texto, pode-se afirmar que o autor:
 - A. Apoia a atitude de manifestantes em relação aos advogados de defesa de Eduardo Cunha, na sede da Polícia Federal em Curitiba.
 - B. Esclarece por que o advogado de defesa é prescindível no decurso de um devido processo legal.
 - C. Reprova as agressões verbais sofridas pelos advogados de defesa de Eduardo Cunha, na sede da Polícia Federal em Curitiba.
 - D. Defende a condenação de pessoas como Eduardo Cunha, para que se garanta a integridade do sistema judicial.

2. O propósito comunicativo dominante no texto é:
 - A. elencar, de maneira organizada, argumentos favoráveis à posição de que o advogado de defesa constitui um dos elementos essenciais a um devido processo legal.
 - B. caracterizar, de forma ordenada, os diversos motivos pelos quais não se pode renunciar a um advogado de defesa, no decurso de um processo legal.
 - C. apontar, de maneira organizada, quais os riscos que se corre, ao renunciar ao direito de defesa, no desenrolar de um processo legal.
 - D. explicitar, de forma hierárquica, as diversas funções que exerce um advogado de defesa, ao atuar junto ao sistema judicial, num processo legal.

3. Os verbos em português expressam diferentes aspectos temporais. Marque a opção em que a função do verbo destacado está corretamente indicada entre parênteses:
 - A. “**Corria**, em 1977, com grande repercussão pública, o processo criminal contra os líderes das brigadas vermelhas...” (**expressa um fato pontual no passado**)
 - B. “Para superar esse impasse, um grupo de advogados **decidiu** aceitar a convocação da Justiça...” (**expressa uma ação durativa no passado**)
 - C. “Não por outro motivo, o Estado **tem** o dever de oferecer assistência jurídica a quem não possui condições financeiras.” (**expressa um fato momentâneo**)
 - D. “Croce atuava contra a sua vontade, mas **realizava** um sacrifício profissional de alto relevo...” (**expressa um fato contínuo no passado**)

4. Volte ao texto, releia os trechos a seguir e marque a opção na qual o elemento “**que**” desempenha uma função diferente da que exerce no trecho “Corria, em 1977, com grande repercussão pública, o processo criminal contra os líderes das brigadas vermelhas, **que** adotaram uma estratégia para deslegitimar o sistema judicial...”:
 - A. “E possivelmente também imaginasse o risco que representava aquela decisão, **que** tragicamente acabou se concretizando.”
 - B. “Esse episódio demonstra bem **que** o direito de defesa serve a propósitos muito superiores ao auxílio jurídico de um cidadão...”
 - C. “O direito de defesa é garantia **que** transcende o interesse individual de quem ele circunstancialmente protege.”
 - D. “... tutela quem acusa para se defender de uma imputação de denúncia caluniosa im procedente, e para que os seus erros e excessos, **que** não raramente ocorrem, possam ser evitados.”

5. Observe as afirmações a respeito dos elementos linguísticos empregados no texto e julgue se estão certas ou erradas, de acordo com a norma culta:

I – No trecho “... para deslegitimar o sistema judicial, considerado, por eles, aliado ao regime e por isso **despido** da imparcialidade necessária...”, a palavra destacada está empregada conotativamente.

II – No fragmento “essa é uma exigência indeclinável do Estado de Direito. É, **portanto**, um pressuposto de integridade do sistema judicial.”, a conjunção sublinhada tem valor semântico de explicação.

III – A concordância do verbo haver, em “E não **há** devido processo legal sem respeito efetivo à plenitude do direito de defesa.” se justifica pelo mesmo motivo que em “**Houve** momentos de pânico durante a apresentação”.

IV – A regência do verbo “oferecer” em “O direito de defesa é irrenunciável. Não por outro motivo, o Estado tem o dever de **oferecer** assistência jurídica a quem não possui condições financeiras.”, é a mesma do verbo “**ensinar**” em “Se lhe **ensinassem** um ofício, o rapaz poderia trabalhar e ajudar no sustento da família”.

V – A colocação pronominal em próclise, no trecho “Esse episódio demonstra bem que o direito de defesa serve a propósitos muito superiores ao auxílio jurídico de um cidadão, encargo que por certo já **se** reveste de alta significação pública...” é facultativa, pois o pronome poderia também ser colocado depois do verbo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

- A. E – E – C – C – E
- B. C – C – E – E – E
- C. E – C – E – C – C
- D. C – E – E – C – C

6. Leia novamente o trecho “**A**o assistir as agressões verbais sofridas por Eduardo Cunha por manifestantes na sede da Polícia Federal em Curitiba, lembrei-me de Etorre Perrone, militar e político que empresta seu nome a uma via em Turim”, observando atentamente o valor da preposição “a”, em destaque. Em seguida, assinale a alternativa em que a preposição “a” destacada assume esse mesmo valor:

- A. “O direito de defesa interessa **a**o juiz indevidamente acusado de absolver ou condenar alguém por motivação pessoal ou política...”
- B. “...resguarda o jornalista, injustamente perseguido com violação **a**o sigilo da fonte...”
- C. “O trabalho de todo advogado de defesa serve fundamentalmente para que o Estado, **a**o processar e punir quem comete um crime, exerça esse poder sem se desviar da legalidade...”
- D. “...construções centenárias cinza-amareladas, varandas e floreiras, não fosse uma pequena placa **a**o lado da porta de entrada do prédio de número 5, com o nome de Fulvio Croce.”

7. Volte ao texto e releia o fragmento “O direito de defesa é irrenunciável. Não por outro motivo, o Estado tem o dever de oferecer assistência jurídica a quem não possui condições financeiras. E, claro, interessa aos culpados, para que suas responsabilidades e punições sejam corretamente decididas pelo Poder Judiciário, pois essa é uma exigência indeclinável do Estado de Direito. É, portanto, um pressuposto de integridade do sistema judicial.” Em relação à tessitura desse fragmento, pode-se afirmar que:

- A. ocorre retomadas anafóricas que sustentam a progressão temática.
- B. ocorre a repetição de vocábulos que funcionam como conectores.
- C. há paralelismo sintático que garante a clareza e a coesão textual.
- D. há uma nominalização que assegura o encadeamento das ideias.

8. Sobre a função da pontuação num texto, assinale a alternativa em que se justifica, de acordo com a norma culta, corretamente o emprego da pontuação nos trechos a seguir:
- A. Em “Croce atuava contra a sua vontade, mas realizava um sacrifício profissional de alto relevo em nome de um dos valores mais caros ao sistema jurídico: a imprescindibilidade do advogado”, os dois pontos servem para indicar um elemento catafórico.
 - B. No fragmento “Para superar esse **impasse**, **um** grupo de advogados decidiu aceitar a convocação da Justiça, com a condição de simplesmente zelar pela observância do devido processo legal...”, as vírgulas servem para separar uma oração adjetiva anteposta à principal.
 - C. No trecho “...por mais que custe à chamada '**opinião**', o Estado de direito só é salvo se um poderoso ou um convicto corrupto são punidos no decurso de um devido processo legal”, as aspas foram utilizadas para marcar uma hesitação.
 - D. No enunciado “Em 28 de abril, o presidente da Ordine de Torino foi vítima de um atentado das '**Brigatti Rossi**', **tombando** em frente ao número 5 da via Ettore Perrone...”, a vírgula foi usada para separar uma oração reduzida de participípio.
9. Na oração “...por mais que custe à chamada “opinião”, o Estado de direito só é salvo se um poderoso ou um convicto corrupto são punidos no decurso de um devido processo legal...”, a ocorrência do acento grave justifica-se, de acordo com a norma culta, porque
- A. o verbo “custe” pede a preposição “a”, e a expressão que o segue exige artigo feminino.
 - B. o termo “opinião” funciona como complemento do verbo empregado na oração.
 - C. a preposição une-se a um artigo em decorrência da regência do verbo.
 - D. o termo regente e o termo regido exigem a anteposição de um artigo feminino.
10. A função sintática que o termo destacado desempenha, no trecho “...lembrei-me de Etorre Perrone, militar e político que empresta seu nome a uma via em Turim”, é a mesma do termo em negrito na alternativa:
- A. “Proíbiam com ameaças de morte **os defensores** nomeados pela justiça de os defenderem em juízo.”
 - B. “E possivelmente também imaginasse **o risco** que representava aquela decisão, que tragicamente acabou se concretizando.”
 - C. “ Não por outro motivo, o Estado tem o dever de oferecer assistência jurídica **a quem** não possui condições financeiras.”
 - D. “... o leigo em direito deve ter **a perfeita compreensão** de que a absolvição de uma pessoa culpada ou a prescrição de um crime não são produtos do direito de defesa...”

LEGISLAÇÃO

11. Considerando as disposições constitucionais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter distributivo e solidário.
- B. Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações serão aposentados, compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- C. É permitida a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores portadores de deficiência ou que exerçam atividades de risco, somente.
- D. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário, ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

12. De acordo com o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, Lei n. 11.091/05, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. Considera-se plano de carreira o conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade;
- B. Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar bianualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as demandas institucionais e individuais dos servidores.
- C. A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará a avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários.
- D. O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

13. De acordo com o Decreto n. 5.707/06,

I – São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal tanto o plano anual de capacitação e seu respectivo relatório de execução, como o sistema de gestão por competência.

II – Entende-se por capacitação o processo transitório e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais por meio do desenvolvimento de competências institucionais;

III - Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade, onde se encontrar em exercício, licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação, não podendo ser parcelada.

IV - Uma das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal é oferecer oportunidades de requalificação aos servidores redistribuídos.

Está **INCORRETO** o que se afirma somente em:

- A. I e III.
- B. II e III.
- C. II e IV.
- D. Todas estão incorretas.

14. Maria, servidora pública federal, recusou-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitada. Nos termos da Lei n. 8.112/90 e considerando que a servidora é reincidente em falta punida com a mesma penalidade, a ação disciplinar prescreverá em:

- A. 180 dias.
- B. 1 ano.
- C. 2 anos.
- D. 5 anos.

15. Com base na Lei no 9.784/99, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada.
- B. Somente não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- C. A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- D. Terá prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte, ou interessado, pessoa com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos.

16. De acordo com a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, é dispensável a licitação, **EXCETO**:

- A. Quando não acudirem interessados à licitação anterior e essa, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- B. Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- C. Para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- D. Para a aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, limitada, no caso de obras e serviços de engenharia, a 20% (vinte por cento) de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

17. Maria, João e José são servidores públicos federais. A primeira, Maria, permitiu que seu cunhado, que não é servidor público, utilizasse veículo integrante do acervo patrimonial da entidade à qual é vinculada, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie. O segundo, João, deixou de praticar, indevidamente, ato de ofício. Por fim, o terceiro, José, utilizou, em obra particular, máquinas e equipamentos de propriedade da entidade à qual está vinculado.

Os mencionados servidores praticaram os seguintes atos de improbidade e poderão estar sujeitos às seguintes penas:

- A. Maria praticou ato que causa prejuízo ao Erário; João, ato que atenta contra os Princípios da Administração Pública; e José, ato que importa enriquecimento ilícito, cujas suspensões dos direitos políticos podem ser de cinco a oito anos, três a cinco anos e oito a dez anos, respectivamente.
- B. Maria e João praticaram atos que causam prejuízo ao Erário; e José, ato que importa enriquecimento ilícito, todos devendo, portanto, promover o ressarcimento integral do dano.
- C. Maria e José praticaram atos que causam prejuízo ao Erário, que podem gerar o pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano; e João, ato que importa enriquecimento ilícito, que pode gerar o pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- D. Maria praticou ato que atenta contra os Princípios da Administração Pública; João, ato que causa prejuízo ao Erário; e José, ato que importa enriquecimento ilícito, todos podendo, portanto, perder a função pública.

18. Sobre o Decreto n. 1.171/94, que aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, analise as seguintes afirmações:

I - A Comissão de Ética é encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

II - As penas aplicáveis ao servidor público pela Comissão de Ética são a de censura e suspensão.

III - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público.

IV - A publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar, ressalvados os casos preservados em processo previamente declarado sigiloso.

Está **INCORRETO** o que se afirma somente em:

- A. II.
- B. II e III.
- C. III e IV.
- D. Todas estão corretas.

19. Sobre a Lei de Acesso à Informação, Lei n. 12.527/11 e sua regulamentação, Decreto n. 7.724/12, analise as seguintes afirmações:

I - Não serão atendidos pedidos de acesso à informação desproporcionais ou desarrazoados, podendo, no entanto, ser genéricos.

II - São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

III - Constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação classificada em grau de sigilo, ou à informação pessoal.

IV - A informação em poder dos órgãos e entidades públicas poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, cujos prazos máximos de restrição de acesso à informação são de 25 (vinte e cinco), 15 (quinze) e 5 (cinco) anos, respectivamente.

V - São subordinados ao regime da lei citada os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público, excluindo-se as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Está **CORRETO** o que se afirma somente em:

- A. III.
- B. II, III e IV.
- C. III e V.
- D. Todas estão corretas.

20. De acordo com a Lei n. 8.112/90, dentre os deveres do servidor, constam, **EXCETO**:

- A. Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e ser leal às instituições a que servir.
- B. Observar as normas legais e regulamentares e cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais.
- C. Atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.
- D. Promover, sempre que possível, manifestação de apreço no recinto da repartição, de forma a valorizar colegas e subordinados hierárquicos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) divulgou uma nota em 2015, dizendo que, no Brasil, há uma estimativa de 596.070 novos casos de câncer para o ano de 2016. Essa frequência de novos casos pode ser denominada de:
- A. Prevalência
 - B. Incidência
 - C. Letalidade
 - D. Gravidade

22. Em ensaios clínicos, o investigador aplica uma intervenção e observa os seus efeitos sobre os desfechos, sendo esse tipo de estudo indicado para avaliar a segurança e eficácia de: a) um novo produto; b) uma nova formulação de um mesmo produto ou associação de projetos já em uso; e, c) uma nova indicação clínica de um produto já aprovado.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. A principal vantagem de um ensaio clínico em relação a um estudo observacional é sua capacidade de demonstrar causalidade.

PORQUE

II. A alocação por conveniência da intervenção permite eliminar a influência de variáveis confundidoras, e a identificação dos sujeitos da intervenção pelo pesquisador possibilita a eliminação da possibilidade de os efeitos observados serem explicados por diferenças no uso de co-intervenções nos grupos de tratamento e controle, ou por vieses na mensuração ou adjudicação dos desfechos.

A respeito dessas asserções, assinale a opção **CORRETA**.

- A. As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
 - B. As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
 - C. A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
 - D. A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
23. A pesquisa comunitária é aquela conduzida fora de universidades ou de centros médicos usuais e destinada a atender às necessidades da comunidade onde será desenvolvida. Estudos comunitários e internacionais requerem colaboração entre investigadores locais e colegas de um centro de pesquisa já estabelecido. Colaborações como essa podem ser produtivas e fundamentais para resolver problemas de saúde antigos ou emergentes, mas podem ser desafiadoras devido à distância, às diferenças culturais e às limitações de financiamento. Para obter o sucesso na pesquisa comunitária com parcerias internacionais é necessário(a):
- A. a colaboração internacional com objetivo explícito da melhoria da capacidade local de pesquisa.
 - B. que o financiamento seja oriundo de todos os países envolvidos.
 - C. a aprovação dos protocolos de pesquisa, nos comitês de ética em pesquisa, deve ser preferencialmente realizada no país com maior aporte de financiamento.
 - D. Estudos internacionais permitem minimizar os efeitos da infraestrutura e estabilidade política.

24. Indiferente da área de interesse, o número de informações disponíveis no meio digital demonstra que os pesquisadores necessitam encontrar formas rápidas e eficientes para gerenciar esses dados. Programas computacionais podem auxiliar o pesquisador no gerenciamento de referências. Em relação as funções dos softwares de gerenciamento de referências avalie as afirmações a seguir:

- I. Permitem a sincronização de arquivos (desktop e web).
- II. Realizam o monitoramento automático de diretórios.
- III. Possibilitam a inserção prática de citações nos textos.
- IV. Identificam a importância e a pertinência da referência na redação em que será dada a inserção.
- V. Facilitam a análise estatística dos dados.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- A. I, II e III
- B. I, III e IV
- C. I, IV e V
- D. II, III e IV

25. No estudo de caso-controle há a comparação da prevalência de fatores de risco de uma amostra de sujeitos com a doença, ou outro desfecho de interesse (casos) com a prevalência em uma amostra sem essas condições clínicas (controles). Em relação aos estudos de caso-controle, avalie as afirmações a seguir:

- I. Os estudos de caso-controle não podem produzir estimativas sobre a incidência ou prevalência de uma doença, pois a proporção de sujeitos com a doença no estudo é determinada pelo número de casos e controles que o investigador decide amostrar, e não pelas suas proporções na população.
- II. Nos estudos caso-controle é possível estudar apenas um único desfecho (presença ou ausência da doença, que foi também o critério para selecionar as duas amostras), enquanto os estudos de coorte e transversais (e também os ensaios clínicos) podem estudar diversas variáveis de desfecho.
- III. Os estudos de caso-controle possuem elevada suscetibilidade a vieses. Tais vieses provêm principalmente de duas fontes: amostragem separada dos casos e dos controles e aferição retrospectiva das variáveis preditoras.
- IV. A abordagem retrospectiva dos estudos de caso-controle e o seu potencial para estudar um grande número de variáveis preditores os tornam úteis para a geração de hipóteses sobre as causas de um novo surto de doenças.
- V. Uma das principais vantagens dos estudos de caso-controle é o grande número de informações que podem ser fornecidas rapidamente a partir de um número extenso de sujeitos.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- A. I, II e III
- B. I, III e IV
- C. II, III, IV e V
- D. I, II, III e IV

26. O projeto de pesquisa é o documento que possui as ideias principais de uma investigação científica que será realizada, cada uma das suas seções deve aparecer em sequência. Assinale abaixo a opção que adequadamente descreve as partes essenciais de um projeto de pesquisa:
- A. Título, Introdução, Métodos, Resultados, Discussão, Conclusões, Referências.
 - B. Título, Introdução, Objetivos, Justificativa, Métodos, Referências, Cronograma.
 - C. Título, Introdução, Métodos, Procedimentos estatísticos e éticos, Referências.
 - D. Título, Objetivos, Métodos, Resultados, Conclusões, Referências.
27. Os elementos pré-textuais contêm informações que ajudam na identificação e na utilização do texto científico na formação acadêmica (monografia, dissertação, tese). O aspecto visual dos trabalhos redigidos, a estética e a correta utilização de capas, margens, diagramação, espaçamento e numerações constituem elementos importantes para avaliação da investigação tanto quanto ao conteúdo propriamente dito. São considerados elementos pré-textuais:
- A. Capa, folha de rosto, dedicatória, agradecimento, resumo e lista de figuras, tabelas, abreviaturas e siglas, referências, apêndice e anexos.
 - B. Objetivo, introdução, desenvolvimento, conclusão, referências, apêndice e anexos.
 - C. Capa, folha de rosto, dedicatória, agradecimento, folha de dedicatória, epígrafe, resumo e lista de figuras, tabelas, abreviaturas e siglas, símbolos.
 - D. Objetivo, Introdução, métodos, referências, apêndice e anexos.
28. Revisões sistemáticas combinam os resultados de vários estudos anteriores sobre uma determinada questão de pesquisa, muitas vezes calculando uma estimativa sumário de efeito que tem uma precisão maior do que a das estimativas dos estudos individuais. Assinale abaixo a opção que não descreve adequadamente os elementos de uma boa revisão sistemática:
- A. Identificação abrangente e não enviesada de estudos concluídos
 - B. Definição de critérios de inclusão e exclusão
 - C. Cálculo de uma estimativa-sumário do efeito e do intervalo de confiança com base nos achados de todos os estudos elegíveis, quando apropriado.
 - D. A parte estatística de uma revisão sistemática, denominada metanálise, constituir elemento importante dos ensaios clínicos.
29. Em um estado brasileiro, dois municípios vizinhos apresentam os seguintes dados populacionais: cidade A com 50.000 (cinquenta mil) habitantes e a cidade B com 100.000 (cem mil) habitantes. Em ambas as cidades foram registrados 252 (duzentos e cinquenta e dois) casos da gripe H1N1, no mês de julho. Ao avaliar essa situação, a probabilidade dos habitantes dessas cidades em contrair a doença é
- A. menor na cidade B.
 - B. maior na cidade B.
 - C. igual nas duas cidades.
 - D. indeterminada, por não existir relação número de casos com a população total.

30. A implementação bem-sucedida de um projeto de pesquisa é iniciada a partir da montagem dos insumos para dar início ao estudo, que incluem área física, pessoal de pesquisa e financeiro. A tarefa seguinte é finalizar o protocolo com um processo de pré-testagem e estudos-pilotos sobre os planos de recrutamento, aferições e intervenções, em uma tentativa de evitar a necessidade de revisões no protocolo após o início da coleta de dados. O estudo é conduzido de forma sistematizada quanto ao controle de qualidade de procedimento clínicos e laboratoriais e de gerenciamento de dados, seguindo os princípios das Boas práticas Clínicas (*Good Clinical Practice*). Fonte: Hulley et al. Delineando a pesquisa Clínica. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Em relação aos aspectos da condução de pesquisas clínicas, que fazem parte das Boas Práticas Clínicas, avalie as afirmações a seguir:

- I. A melhor forma de implementar as Boas Práticas Clínicas é através de procedimentos operacionais padrão (POPs) para todas as atividades relacionadas ao estudo.
- II. Os métodos estatísticos não devem ser pré-definidos.
- III. É sempre aconselhável rotular as amostras de modo que o técnico não tenha conhecimento do grupo do sujeito ou do valor de outras variáveis importantes. No entanto, para procedimentos objetivos, a exemplo da determinação automatizada da glicemia, tal cegamento não se faz necessário para evitar as chances de vieses.
- IV. Quando amostras ou imagens de um estudo multicêntrico são enviadas a um laboratório central para análise química ou interpretação, pode ser conveniente que se enviem duplicadas mascaradas utilizando-se o mesmo sistema. Essas duplicadas podem ser uma segunda amostra de um subconjunto aleatório de sujeitos aos quais é dado um número de identificação fictício.
- V. Realizar distribuições de frequências periódicas e medidas de variância para identificar valores aberrantes.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- A. I, II e III
 - B. I, III e IV
 - C. I, IV e V
 - D. II, III e IV
31. Um pesquisador deseja estimar o tamanho da amostra para um estudo que compara as médias de dois grupos independentes de indivíduos. Foram assumidos para este cálculo: nível de significância $\alpha = 5\%$, poder do teste 80% e diferença clínica desejada entre os grupos de 2,0 mm. Estudos anteriores assumiram desvio-padrão iguais para os dois grupos com valor de 4,5 mm. O valor bicaudal de Z para $\alpha = 0,05$ utilizado foi de 1,96 e o valor de Z unicaudal para β de 0,20 foi de -0,84. A equação utilizada para o cálculo da amostra foi:

$$n = 2 \left[\frac{(Z_\alpha - Z_\beta)\sigma}{\mu_1 - \mu_2} \right]^2$$

Com base nesses cálculos podemos afirmar que foram necessários quantos indivíduos **EM CADA GRUPO**?

- A. 40
- B. 80
- C. 100
- D. 160

32. A tabela a seguir apresenta médias (\pm desvio-padrão) para várias medidas obtidas em 100 idosos com 80 anos ou mais, da cidade de Uberaba, MG. Foi utilizado o teste t para amostras independentes e adotado o nível de significância estatística de 5%. As variáveis apresentaram distribuição normal. Com base nos resultados apresentados na tabela, pode-se afirmar que:

Variável	Homens (n = 35)	Mulheres (n = 65)	Valor-P do teste estatístico
Pressão arterial sistólica (mmHg)	148 \pm 23	171 \pm 23	< 0,0001
Pressão arterial diastólica (mmHg)	80 \pm 11	87 \pm 14	0,0120
Glicemia em jejum (mg/dL)	101 \pm 33	103 \pm 31	0,7640
Índice de massa corporal	24,9 \pm 3,5	26,5 \pm 5,2	0,0811

- A. Mulheres apresentam níveis de pressão arterial sistólica e diastólica superiores aos homens, mas não diferem destes quanto à glicemia e quanto ao índice de massa corporal.
- B. Mulheres apresentam níveis de pressão arterial sistólica, níveis de pressão arterial diastólica, glicemia em jejum e índice de massa corporal superiores aos homens.
- C. Homens apresentaram níveis de pressão arterial sistólica, níveis de pressão arterial diastólica, glicemia em jejum inferiores aos das mulheres e não diferiram em relação ao índice de massa corporal
- D. Homens apresentaram níveis de pressão arterial sistólica, níveis de pressão arterial diastólica, glicemia em jejum e índice de massa corporal semelhantes aos das mulheres.
33. Um epidemiologista tem como propósito o de avaliar o efeito da prática de exercícios físicos sobre o controle da pressão arterial. O pesquisador decide realizar um estudo de intervenção. Qual das seguintes medidas não aumenta a validade interna do estudo?
- A. A inclusão de um grupo controle
- B. O monitoramento adequado da pressão arterial durante o estudo
- C. A seleção aleatória de participantes da população geral
- D. A adoção minuciosa de critérios de exclusão.
34. A glicemia (nível de glicose no sangue, mg/100mL) foi medida em 165 pacientes de um hospital público e apresentou valores entre 84 e 116. O pesquisador construiu um histograma de frequência para os dados de glicemia em intervalos de 4 mg/mL e observou que os dados apresentavam distribuição simétrica com a forma aproximada de um sino. Qual a melhor medida de tendência central e de variabilidade, respectivamente, que o pesquisador deveria usar para representar o conjunto de dados?
- A. Mediana e quartis
- B. Média e desvio-padrão
- C. Mediana e amplitude interquartil
- D. Moda e desvio-padrão
35. Em uma amostragem sistemática, de tamanho 50, de uma população de 1000 elementos, o primeiro elemento selecionado é o de número 15. Os dois elementos seguintes a serem escolhidos são, respectivamente:
- A. 30 e 45
- B. 35 e 45
- C. 30 e 60
- D. 35 e 55

36. Assinale a alternativa **CORRETA**.
- A. o uso da análise de dados secundários permite ao investigador controlar a população e o delineamento.
 - B. o uso da análise de dados secundários utiliza a metanálise.
 - C. o uso da análise de dados secundários permite reduzir o tempo e os custos da pesquisa.
 - D. o uso da análise de dados secundários permite ao investigador controlar as aferições dos indivíduos.
37. Um profissional de saúde mediu a pressão arterial em mmHg de 30 hipertensos antes e depois de tomarem, durante uma semana, um novo medicamento destinado a reduzir a pressão arterial. Deseja-se verificar se a nova droga tem o efeito desejado. Considere que a variável pressão arterial é quantitativa contínua e a população de estudo segue a distribuição normal. O teste de significância estatística apropriado para esse estudo é:
- A. a razão de chances
 - B. o teste qui-quadrado
 - C. a razão crítica
 - D. o teste t pareado
38. A respeito do *boxplot* é **CORRETO** afirmar:
- A. Entre os percentis 25% e 50% há metade dos valores do conjunto de dados representado.
 - B. O intervalo interquartil é construído a partir do valor máximo e mínimo.
 - C. A mediana e o intervalo interquartil são utilizadas para se obter o gráfico.
 - D. O primeiro quartil corresponde a 75% dos valores do conjunto de dados.
39. Se a variável dependente e todas as variáveis independentes são contínuas, o tipo correto de análise multivariável é a:
- A. Regressão Logística
 - B. Análise de Variância
 - C. Regressão Linear Múltipla
 - D. Análise Log-linear
40. O conjunto de arquivos associados a uma determinada tarefa ou atividade denomina-se:
- A. Cadastro
 - B. Prontuário
 - C. Registro
 - D. Banco de dados

FOLHA DE RESPOSTAS

(RASCUNHO)

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

ATENÇÃO:

AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA VIRAR O

CADERNO DE PROVA.